



Presidente da OAB e governo federal repudiam ataque à seccional do RJ

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, entrou em contato com o presidente da seccional do Rio de Janeiro da OAB, Felipe Santa Cruz, e o conselheiro federal Wadih Damous, presidente da comissão de Direitos Humanos da Ordem, para se solidarizar em relação à explosão de um rojão na sede da OAB-RJ na quinta-feira (7/3). O episódio provocou a retirada dos funcionários do prédio, mas ninguém ficou ferido.

Wadih Damous acredita que a bomba pode ter relação com militares envolvidos na morte da secretária da OAB, Lyda Monteiro, em agosto de 1980. Damous presidirá, a partir da próxima segunda-feira (11/3), a Comissão da Verdade do Estado do Rio, que irá analisar crimes cometidos durante a ditadura militar.

Ele considerou o caso como provocação e disse que o atentado de 1980 será um dos primeiros a serem investigados pela nova comissão. Ele disse ainda ter recebido informações do Disque-Denúncia sobre os supostos artefatos que teriam sido colocados no edifício por um militar da reserva, em represália à sua posse. A pessoa que jogou a bomba ainda não foi identificada.

Furtado Coêlho manifestou preocupação sobre a possibilidade de explosão ter relação com as investigações. “Repudiamos toda e qualquer forma de intimidação. Nem mesmo o terror que no passado ameaçava os que lutavam pela democracia silenciaram a Ordem”, disse o presidente nacional da OAB. Ele espera ainda que as autoridades identifiquem a autoria das ameaças.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República também divulgou nota em que classificou o episódio como “atentado” e se colocou à disposição das autoridades do estado para colaborar com as investigações. Em nota, a Comissão Nacional da Verdade também repudiou o ato. A entidade ainda cobrou apuração rigorosa dos fatos e punição aos “que pretendem negar ao Brasil o caminho da democracia e das liberdades.”

“Há três décadas o Brasil e o povo brasileiro decidiram superar o período de violência e medo gerados pelo golpe civil-militar imposto em 1964. A população apostou na democracia e nas liberdades para enfrentar o desafio de construir um país justo e próspero, que gere oportunidades para todos”, diz a nota da CNV. “Trata-se de um tardio ato de terror dos que não querem viver em um país democrático”.
Com informações da Agência Brasil e da Assessoria de Imprensa da OAB.

Date Created

08/03/2013